

O PSD é o partido mais reformista de Portugal

Para celebrar o 42.º aniversário, o PSD promoveu um jantar com militantes e simpatizantes na Alfândega do Porto





Pedro Passos Coelho no 42.º aniversário do PSD

O PSD é o partido mais reformista de Portugal

Para celebrar o 42.º aniversário, o PSD promoveu um jantar com militantes e simpatizantes na Alfândega do Porto, sábado, 7 de maio. Numa intervenção ponderada, Pedro Passos Coelho começou por agradecer a confiança que os portugueses depositaram no Partido Social Democrata, tanto no governo como agora na oposição. O presidente social-democrata afirmou que o Partido cumprirá o papel de principal partido da oposição. “É a olhar para os portugueses que fazemos o nosso papel, não para os nossos adversários”, reiterou.

O PSD é muito diferente daqueles que hoje nos governam. O que se passa hoje com a política de educação demonstra a irresponsabilidade dos que governam e do abismo que separa as políticas deste executivo do PSD, quando se olha para as funções do Estado e a centralidade que nelas devem ocupar os portugueses e os cidadãos, a liberdade, o pluralismo e a tolerância, conceitos que não estão a ser salvaguardados nas decisões que vêm sendo assumidas pela maioria que governa.

Abismo, aliás, que é visível nas políticas que têm sido seguidas na educação. Também as medidas recentes nos contratos de associação demonstram que as famílias não estão no centro das decisões. Pedro Passos Coelho afirmou que “aquilo que nos separa hoje é cristalino: o Estado tem a obrigação constitucional de prover uma rede de ensino público de qualidade. Isso não impede que o ensino público seja ministrado em escolas que não são do Estado”.

Pedro Passos Coelho acusou a maioria que suporta o Governo de ter uma “atitude arrogante e sobranceira”, e



de estar a “hipotecar a qualidade das políticas públicas”. “Hoje, a maioria que decide o destino do país não exhibe sinais de tolerância, de pluralismo, de respeito pela liberdade (...). E é por isso que o país precisa muito do PSD”, referiu.

Continuou dizendo que esta “crítica é feita para defender a qualidade do ensino, a justiça social e a liberdade de escolha dos cidadãos que sabem melhor que ninguém aquilo que vai ao encontro dos seus interesses, nomeadamente na qualidade da educação. As políticas públicas têm de estar ao serviço dos cidadãos”.

Pedro Passos Coelho venceu por várias vezes, ao longo do seu discurso, que o PSD está “disponível” para defender todos os portugueses, “independentemente da sua orientação programática ou ideológica”. “Contarão sempre connosco. Não somos daqueles que amuamos nem fazemos fitinhas. Vi disso durante quatro anos, muitas vezes, no plano político e parlamentar. Nós nunca amuámos quando tivemos a responsabilidade de governar e hoje, que não temos, estamos ao serviço dos portugueses, estamos ao serviço de Portugal”, disse o também ex-primeiro-ministro.

Com recados ao PS, PCP e Bloco de Esquerda, e sempre focado na mensagem de que o PSD está disponível para analisar as políticas públicas, o líder dos sociais-democratas defendeu que “há hoje forças políticas que acham que, em nome das políticas públicas, se pode fazer engolir pela goela abaixo a solução que é fabricada por um determinado Governo ou Ministério”.

“Não são os políticos que escolhem pelas pessoas. É cada um de nós que tem o direito a poder escolher o que melhor prefere”, venceu, numa intervenção que contou ainda com um momento que roubou algumas gargalhadas da audiência, quando o presidente do PSD, ao querer dizer a palavra “aniversário”, repetiu duas vezes “adversário”.

O presidente do PSD afirmou que o PSD é hoje o partido mais reformista de Portugal. “Sempre que nestes 42 anos tivemos de dar o salto qualitativo nas políticas públicas ousadas foi ou por pressão do PSD ou nas mãos de governos do PSD que esses saltos se concretizaram. Estamos hoje num nível de exigência em que as famílias não se calam, e muito bem, quando estes ataques às suas escolhas são perpetradas por maiorias ideologicamente cegas. [...] O país precisa muito do PSD. Nós estaremos na primeira linha da denúncia desta falta de respeito. Deste maniqueísmo, desta atitude política arrogante, que, em nome do dinheiro público e do Estado, está a hipotecar a qualidade das políticas públicas. Podemos dizer, neste 42.º aniversário do PSD, a todos os portugueses, independentemente da sua orientação ideológica, que contarão sempre connosco.”



Acabar com os contratos de associação das escolas é decisão “retrógrada”

Perante centenas de convidados, Passos Coelho voltou a comentar a polémica à volta do fim dos contratos de associação com os colégios privados, para reiterar que a atitude do Governo é “retrógrada”. “Acham que, desta maneira, estão a beneficiar a política pública e estão a defender o dinheiro dos contribuintes. Nada mais errado. Que forma tão retrógrada de ver a política pública e o papel do Estado (...). Quem é que tem hoje ainda esta noção arcaica de que as políticas públicas só podem ser prosseguidas por entidades que estejam no perímetro do Estado?”, questionou.

Para Passos Coelho, “só a cegueira ideológica da maioria” explica a medida, pelo que concluiu que esta questão “chega a ser paradoxal, para quem defende o interesse público”.

Ainda a propósito deste tema, ao referir-se ao ministro da Educação, o líder do PSD ironizou sobre a pasta de Tiago Brandão Rodrigues: “Formalmente ministro da Educação, porque, na prática, começamos a ter dúvidas que seja mesmo ministro da Educação”, disse.

Passos Coelho apontou que “são os alunos mais carenciados que vão pagar a fatu-





Na sexta de manhã, em Braga, o primeiro-ministro António Costa foi recebido por alunos e encarregados de educação do Externato D. Henrique e de Norte a Sul desenrolaram-se cordões humanos com estas escolas a exigir que o despacho seja revisto pelo “direito de escolha da escola”.

Para Pedro Passos Coelho “o que é importante é saber se quando contrata esse serviço público se o faz em condições de igualdade ou não”. “Imagine que tem um serviço público melhor e mais barato porque é que o Estado não o deve providenciar? Por ter uma cegueira ideológica”, questionou, dando ainda o exemplo da Suécia para referir que “um país muito avançado” tem “despesa canalizada na educação para serviço público que por exemplo na área da Educação é liderada por escolas independentes”.

Já sobre se acredita que as decisões da tutela nesta matéria estão a ser influenciadas pelos partidos que o suportam na Assembleia da República o ex-líder do Governo voltou a não hesitar: “Não tenho dúvida. Pelo PS, pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda”.

Ainda na sexta-feira, o secretário-geral do PSD teceu críticas em relação às decisões do Governo sobre a educação, mais precisamente no que diz respeito às escolas privadas. “A surdez do ministro da Educação é trágica. Não ouve o Conselho Nacional de Educação, não ouve a comunidade escolar, não ouve aqueles que têm uma opinião contrária à sua”, acusou José Matos Rosa, através do Facebook. O secretário-geral do PSD lembra que o ministro “inventava estudos internacionais para sustentar o fim dos exames, mandou publicar os cortes ao financiamento das escolas com contratos de associação, antes mesmo de debatermos no Parlamento as consequências desta medida”.

Em jeito de conclusão, Matos Rosa considera que está “em causa” o “ensino de 45 mil alunos” e de “79 escolas privadas” que se encontram com contratos de associação. “Em causa estão milhares de postos de trabalho de professores e funcionários”, ressaltou o secretário-geral.

ra”, uma vez que esses, disse, “não podem ir para as escolas privadas a quem o Estado poderia pagar um preço mais favorável que aquele que gasta na escola do Estado”. “Se são os alunos mais carenciados, aqueles que mais podem ser prejudicados, aonde está a justiça social desta decisão? Ver a esquerda radical a ofender os interesses dos mais carenciados, não pode deixar de representar uma ironia que, no entanto, não nos dá grande prazer constatar”, referiu.

Na sexta-feira, dia 6, Pedro Passos Coelho, à margem da apresentação das publicações “Europa - Pela Nossa Terra”, qualificou de “completamente retrógrado” fazer a discussão sobre os contratos de associação das escolas, avançando como “muito possível” que o Estado seja colocado em tribunal. Em resposta à pergunta “é uma atitude retrógrada acabar agora com os contratos de associação?”, Pedro Passos Coelho não hesitou: “Completamente, e mais do que isso. É pôr em causa um dos poucos mecanismos que nos resta de promover a qualidade da educação”.

Passo Coelho entende que é necessário não “confundir o ensino público com as escolas estatais” e que “um ataque ao ensino público de qualidade é andar para trás em matéria de transparência”: “O que interessa é servir as pessoas com qualidade e transparência. Por isso é que é completamente retrógrado estar a fazer esta discussão”.

Para o líder do PSD, “em bom rigor” o que pode acontecer é “não só o Estado pôr em causa as próprias decisões que tomou em concurso público” e portanto estar a abrir-se “uma caixa de Pandora”.

“Porque é muito possível que estas instituições coloquem o Estado em Tribunal, porque este não está a honrar os seus próprios compromissos”, afirmou.

O líder social-democrata comentava a discussão em volta do despacho do Ministério da Educação sobre o fim dos contratos de associação que tem gerado contestação por parte dos colégios privados de todo o país.





Encerramento de conferência no Porto

A Europa precisa de confiança

Num discurso assertivo sobre o projeto europeu, o líder do PSD, que participava na sessão de encerramento da conferência “O Futuro da Europa”, alertou para as contrariedades de encarar as instituições europeias como um adversário no processo de integração. Pedro Passos Coelho reafirmou a necessidade de Portugal ter contas em ordem, não só para dar credibilidade ao país, mas também para conseguir legitimidade para exigir novas soluções a Bruxelas. “Não é invulgar ouvirmos, nos órgãos de comunicação social, a ideia de que pode haver sanções contra Portugal, agora, por causa das discussões orçamentais; de que pode haver penalizações, confrontação; no seio da maioria diz-se: ‘É preciso resistir a Bruxelas’. O que está a fazer Bruxelas em relação a Portugal que mereça resistência? Pedir que tenha contas em ordem? Não vale a pena estar a criar um inimigo externo que é a Comissão Europeia, que é a União Europeia, quando nós próprios podemos não ter vontade de ter as nossas contas em ordem”, declarou o presidente do PSD, no encerramento da conferência promovida pelo PSD sobre os “30 anos de Portugal na Europa”, 7 de maio, no Palácio



da Bolsa, no Porto.

Pedro Passos Coelho lamenta que ainda subsista um problema de confiança: entre as instituições, entre os estados, entre culturas. “Como é que podemos conseguir ultrapassar a crise de confiança, que é a mãe de todas as crises?, questionou, prosseguindo que “temos de ser mais solidários e mais responsáveis. Não podemos recriminar-nos mutuamente como se a origem e solução dos problemas fosse estranha à nossa decisão e vontade.”

E realça que que, “ter contas em ordem é importante para qualquer país europeu, e a Europa no seu conjunto valerá menos” se todos os Estados não se preocuparem com essa componente. “”, disse Passos Coelho, que frisou começar a ver em Portugal a estratégia existente em vários países, de “recriminar sempre a Europa por aquilo que não corre bem”.

De acordo com o líder social-democrata, “quem exhibe o sentido de responsabilidade para poder ter a sua casa em ordem, tem autoridade, moral, até, e política, para reclamar essas soluções que estão em falta”.

Num discurso durante o qual o líder do PSD sublinhou que, cada vez que é lançada a discussão sobre federalismo, o debate é “inquinado”, pelo que nem vale a pena tê-la, Passos Coelho questionou ainda se a União Europeia

deveria ou não “caminhar progressivamente para uma política de asilo comum, mas também, sobretudo, para uma política de imigração comum”. “Acho que devíamos. Não há nenhuma razão para que as políticas de imigração permaneçam estritamente como sendo nacionais como estamos a ver”, disse Pedro Passos Coelho, na conferência realizada para antecipar a celebração do dia da Europa (09 de maio), coincidindo com o 42.º aniversário do partido.

Passos Coelho fez um “balanço claramente positivo” dos 30 anos da adesão, mas constatou como o “fracasso mais gritante” o facto de Portugal não ter conseguido “convergir para a média europeia, nem quando a média europeia baixou com a adesão de novos membros”.

30 anos de Portugal na Europa

O presidente do PSD assinalou que a presença de Portugal no projeto europeu, ao longo destes 30 anos, tem sido de uma importância assinalável. Afinal, a opção europeia é uma das bases do PSD e a integração no espaço europeu é estratégica e fundamental para o país. “Somos profundamente atlânticos, universalistas, e olhamos para o mundo de forma especial desde que temos memória coletiva. A nossa janela atlântica é ainda mais importante quando olhamos para a Europa”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Em jeito de retrospectiva, o líder social-democrata salientou que um dos pontos menos positivos dos últimos anos tem sido Portugal, com 30 anos de acesso a fundos europeus, não ter conseguido convergir para a média europeia, nem quando esta baixou. “A Europa em que vivemos é de transformação. Nada está perdido e nada está irremediavelmente conquistado”, disse Pedro Passos Coelho, chamando a atenção para o facto de as crises económicas e financeiras, de dívidas soberanas, e a crise das migrações não estarem resolvidas. Já foram introduzidos elementos temporais importantes, mas ainda são precisas soluções.

A conferência “O Futuro da Europa” contou ainda, entre outros, com a partilha de experiências do ex-presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso, do atual comissário europeu, Carlos Moedas, do militante socialista e antigo comissário europeu António Vitorino, e do eurodeputado Paulo Rangel.



Túnel do Marão: a obra “não é dos partidos”



O Túnel do Marão vai melhorar o dia-a-dia das pessoas e das empresas. A esse propósito, o presidente do PSD lembra que o resgate da obra permitiu uma poupança de “cerca de mil milhões de euros”. Pedro Passos Coelho tinha acabado de tomar posse como primeiro-ministro, em junho de 2011, quando a construção da Autoestrada do Marão, que inclui um túnel rodoviário de 5,6 quilómetros, foi suspensa. “Não por decisão do Governo, mas por razões relacionadas com processos judiciais envolvendo a obra já iniciada e com a incapacidade financeira do concessionário para prosseguir com o empreendimento”, afirmou.

Em respostas por escrito enviadas à agência Lusa, o antigo primeiro-ministro explicou que “foi possível ultrapassar essa situação grave e resgatar a concessão, o que permitiu, apesar dos inconvenientes resultantes do atraso na conclusão da obra, ainda assim poupar cerca de mil milhões de euros ao erário público”. Este valor resulta de uma comparação com o contrato de parceria público privada (PPP) inicial do empreendimento e os custos que o Estado iria assumir com o pagamento até ao final da concessão.

Pedro Passos Coelho acredita que a nova via vai “melhorar a vida das pessoas, facilitar o seu dia-a-dia e o das empresas, desbloquear constrangimentos diários e assim contribuir também para uma maior competitividade da região, ajudando a criar emprego e potenciando um maior dinamismo do tecido empresarial”. “Isto além de trazer mais segurança rodoviária, o que é muito relevante dado o histórico de sinistras e mortalidade associado à ligação do Marão”, acrescentou.

Esta é, na sua opinião, “uma obra consensual” e considerou que “a maioria das pessoas partilha esta visão sobre os benefícios que ela traz”. E a sua conclusão

irá permitir, segundo frisou, “reforçar a competitividade de Trás-os-Montes e do Douro, ajudará a fixar empresas e permitirá criar mais emprego para a região”. “Portanto espero que esta obra contribua para acelerar o desenvolvimento económico e social da região. E estou certo de que o país ganha com isso”, sublinhou.

Sobre a inauguração do túnel do Marão, o deputado do PSD Luís Leite Ramos afirmou que esta obra constitui uma “metáfora” da “história recente do país”. O vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata recordou diversas visitas de Sócrates ao local, sublinhando que foi depois o executivo liderado por Passos Coelho e Paulo Portas a recuperar a obra, “com mais ‘primeiras pedras’ que se podem contar”, mas recusou comentar a presença do antigo chefe de Governo no local, ao lado do atual secretário-geral do PS, António Costa. “É uma verdadeira metáfora daquilo que foi a história recente do país. Em 2011, quando o Governo da coligação PSD/CDS assumiu funções, as obras estavam paradas, o financiamento tinha saído, uma vez que a banca que apoiava este projeto deixou de o fazer (...) O túnel do Marão é porventura a obra do país com mais ‘primeiras pedras’ que se podem contar”, disse o deputado eleito por Vila Real, lembrando que Sócrates “visitou a obra entre 2007 e 2008 e 2010 várias vezes”.

Sobre o convite do elenco governativo chefiado por Costa ao ex-primeiro-ministro e presidente do PSD, Passos Coelho, o parlamentar social-democrata justificou a ausência do líder do PSD porque, “à mesma hora, tem no Porto um importante evento - um seminário sobre questões europeias, onde tem convidados muito importantes e seria muito desleal da sua parte deixá-los para participar nesta inauguração”.



“Não temos de fazer comentários sobre um convite que o atual Governo fez a um ex-primeiro-ministro e ao facto de ele ter aceitado [José Sócrates]. Parece-nos perfeitamente natural que o Governo convide quem entender e que quem é convidado vá ou não vá”, afirmou sobre a presença do antigo secretário-geral do PS.

Luís Leite Ramos sublinhou que “o Governo anterior resgatou a concessão, conseguiu alocar fundos comunitários para o seu financiamento poupando, não só em termos do investimento realizado, mas da exploração durante o período de vida da infraestrutura, mais de mil milhões de euros e reduziu o valor da portagem em mais de 30%”.

A obra da Autoestrada do Marão - Túnel do Marão, que liga Vila Real e Amarante, foi lançada em 2008 e arrancou em 2009. Em 2011, os trabalhos na autoestrada pararam em toda a extensão. Dois anos depois, a empreitada foi retomada e concluída pela Infraestruturas de Portugal, abrindo ao trânsito às 00h00 de domingo.

Leite Ramos congratulou-se com a entrada em funcionamento de uma “infraestrutura importantíssima para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, para as pessoas, porque a sua disponibilidade ao tráfego vai permitir maior conforto e segurança entre o interior e o litoral e vice-versa, mas também muito importante para o desenvolvimento económico e para as empresas”.

Túnel do Marão é alternativa ao IP4

Os números negros da sinistralidade no Itinerário Principal 4 (IP4) sustentaram a reivindicação de uma autoestrada alternativa a esta via, na área dos concelhos de Amarante e Vila Real, e onde, em 20 anos, morreram 136 pessoas. A ligação entre Vila Real e Amarante pelo IP4, a primeira via rápida a rasgar este território, ficou concluída em 1988. Até então a principal via de ligação ao litoral era a Estrada Nacional 15 (EN 15) que subia e descia pela serra e a nova estrada permitiu poupar “duas horas na viagem” e ainda “no desgaste das viaturas” e nos “combustíveis”.

Apesar de melhorar as acessibilidades e já aproximar significativamente a zona do Porto e Trás-os-Montes, a nova estrada entrou também para a história desta região pelos números negros da sinistralidade. Em 2000, foi criada a Associação dos Utilizadores do IP4 (AUIP4) precisamente para alertar para o elevado número de acidentes e de mortos nesta estrada e para reivindicar melhores condições de segurança rodoviária. Dois anos depois, sociedade civil, autarcas e políticos juntaram-se para subscrever uma petição a reivindicar o prolongamento da Autoestrada 4 (A4), de Amarante até Bragança. Segundo a AUIP4, o ano mais negro da história do IP4 foi em 2004, quando morreram 33 pessoas em toda a sua extensão, desde Amarante, Vila Real a Bragança. De acordo com dados fornecidos à agência Lusa pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), nos concelhos de Vila Real e Amarante houve, nesse ano, 111 acidentes com vítimas e 22 mortos.

Em 2005, o IP4 foi alvo de uma intervenção, a nível do piso e sinalização, foram ainda colocadas balizas rebatíveis de posição ao eixo, pequenos separadores que aplicados nas zonas consideradas mais perigosas da via. E, após esta intervenção, os índices de sinistralidade diminuíram consideravelmente. De acordo com a ANSR, em quase 20 anos, entre 1996 e 2015, registaram-se 1.273 acidentes com vítimas no troço compreendido entre Amarante e Vila Real. Destes acidentes resultaram 136 mortos, 200 feridos graves e 1.807 feridos ligeiros. É precisamente para este troço que a Autoestrada do Marão - Túnel do Marão, que abre às 00:00 de domingo, se apresenta como alternativa. Com a nova via pretende-se a redução de 26% da taxa de sinistralidade grave, a diminuição do tempo médio de viagem e a garantia de mobilidade em condições atmosféricas adversas (gelo e neve), que às vezes condiciona o IP4 no seu ponto mais alto, o Alto de Espinho.

O Túnel do Marão, o maior da Península Ibérica (extensão de 5,6 quilómetros), foi inaugurado sábado, 7 de maio de 2016. A nova autoestrada era a maior obra pública em curso no país, teve um investimento global de 398 milhões de euros, dos quais 89 milhões de euros são financiamento comunitário. Nas primeiras 24 horas após a abertura oficial ao trânsito, passaram pela Autoestrada do Marão - Túnel do Marão 17.882 veículos, segundo dados da Infraestruturas de Portugal. O preço da portagem cobrada nos cerca de 30 quilómetros da Autoestrada do Marão é de 1,95 euros (veículos classe 1), 3,40 euros (classe 2), 4,40 euros (classe 3) e 4,90 euros (classe 4).



PSD teme que o Governo apresente “medidas adicionais” ainda este ano



A vice-presidente do PSD Maria Luís Albuquerque considera que é de “esperar que haja medidas adicionais algures ao longo deste ano” ao comentar as previsões da Comissão Europeia, segundo as quais o défice será de 2,7% do PIB. “A Comissão Europeia vem juntar-se a um conjunto de entidades nacionais e internacionais que já tinham alertado para a mesma situação”, continuou a ex-ministra das Finanças, no parlamento, prevendo um “agravamento” do “ajustamento estrutural” em vez de uma “redução” do mesmo.

De acordo com uma estimativa económica da primavera da CE, o défice orçamental de Portugal vai ser de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, acima dos 2,2% previstos pelo Governo e de 2,3% em 2017, ambos cenários mais pessimistas do que o apresentado pelo executivo no Programa de Estabilidade, no qual reiterou o compromisso de reduzir o défice orçamental para 2,2% este ano e para 1,4% em 2017. “Não há ninguém que tenha previsões parecidas com aquelas que são as do Governo português e que estão no Programa de Estabilidade para 2016, mas também com efeitos para os anos seguintes. Por isso nós dizemos que são irrealistas”, sustentou a deputada social-democrata.

Para Maria Luís Albuquerque, ao observar “todos os indicadores económicos que vão estando disponíveis”, e “um conjunto tão diverso de entidades, todas a apontar para previsões de crescimento inferiores àquelas que o Governo apresenta, estabelece-se um consenso”, o de

que “as previsões do Governo são irrealistas”.

Maria Luís Albuquerque apresentou ainda um projeto de resolução no parlamento que recomenda o reforço em geral do combate às más práticas relacionadas com paraísos fiscais (‘offshore’), esperando obter consenso entre os vários partidos.

O objetivo do documento, a ser analisado em sede de comissão parlamentar de Assuntos Europeus, é vir a ser um “cartão verde” - figura prevista por Bruxelas e que implica a adoção de medidas sobre um assunto por parte da Comissão Europeia, desde que haja acordo numa iniciativa legislativa por 18 parlamentos nacionais.

“Em termos de princípios, tanto quanto ouvimos das posições dos outros grupos parlamentares, é possível encontrar esse consenso. Não queremos impedir a circulação de capitais, o que queremos é que ela seja feita no pleno respeito pelo cumprimento das obrigações fiscais nos estados-membros e garantir que há um controlo suficiente para que não sejam usadas determinadas jurisdições”, afirmou a deputada do PSD Maria Luís Albuquerque, no parlamento.

A ex-ministra das Finanças e agora vice-presidente social-democrata destacou a importância do “reforço do combate à fraude e evasão fiscais, com todos os fenómenos associados - branqueamento de capitais, financiamento de terrorismo, tráfico de seres humanos

e todos esses problemas” e o desejo de que esteja em funcionamento a “troca de informação automática entre países da União Europeia em vigor em janeiro de 2017”.

“Aquela [medida] que terá uma maior relevância será a possibilidade de fazer o registo, o rastreio, das transferências financeiras entre estados-membros e jurisdições [especiais], paraísos fiscais, ‘offshore’. Conseguir seguir o rasto do dinheiro para verificar a sua origem e proveniência e se está a cumprir com as disposições legais é fundamental”, frisou.

O projeto de resolução do PSD recomenda ao Governo socialista iniciativas legislativas de aumento do controlo de transações financeiras entre a União Europeia e paraísos fiscais e o reforço dos instrumentos e transposição de diretivas comunitárias relativas à evasão fiscal e troca de informações.

O texto dos sociais-democratas defende ainda que sejam públicos os acordos fiscais entre estados-membros e empresas, um plano europeu de proteção face ao planeamento fiscal agressivo e a adoção do programa anti-BEPS (erosão da base tributária e desvio de lucros) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do G20 (União Europeia e 19 maiores economias mundiais).



José Matos Rosa em Castelo Branco

O secretário-geral do Partido Social Democrata José Matos Rosa esteve nas comemorações do 42.º aniversário do PSD em Castelo Branco, dia 6 de maio de 2016.



Governo vai utilizar 500 milhões de euros dos pensionistas no imobiliário

No seguimento da afirmação do Ministro do Ambiente de que o Governo vai utilizar verbas do Fundo da Segurança Social para a reabilitação urbana e para a criação de rendas acessíveis, Jorge Paulo Oliveira questionou ao governante o que entende por renda acessível e como é que o Governo calcula esse valor.

Sublinhando que com esta atuação o Governo atua em concorrência desleal e desincentiva a recuperação do edificado por parte dos particulares, o deputado social-democrata enfatizou que para o PSD a reabilitação urbana é uma matéria crucial. “Fizemos tudo nesse sentido e criámos um instrumento adequado para o efeito que tinha uma dotação de 3 mil milhões de euros, alavancado com Fundos Europeus, com a banca privada e com o Banco de Investimento”. Face a este cenário, refere o parlamentar, não era necessário o Governo arriscar 500 milhões de euros dos pensionistas.

Jorge Paulo Oliveira afirmou que depois da grande festa do Parque Escolar, o Governo prepara-se para avançar com outra grande festa. “Enquanto a festa durar, os pensionistas presentes e futuros serão todos investidores imobiliários. Mas quando a festa terminar, a conta vai chegar e quem a vai pagar são os atuais e os futuros pensionistas”.

Por seu turno, Manuel Rodrigues questionou o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o regulamento do Fundo. Segundo o deputado o regulamento define que o Fundo deve ser investido em ativos líquidos, algo que não acontece no caso do investimento no sector imobiliário.

Pedindo esclarecimento sobre esta matéria, o deputado acrescentou que esta questão é de uma pertinência maior tendo em conta que o Fundo ainda não atingiu o mínimo exigível pela lei de ter uma cobertura de pensões em pagamento de 2 anos.

De seguida, o parlamentar recordou que o Fundo gerou, entre 2012 e 2015, uma rentabilidade média superior a 10%, mas que em investimentos imobiliários perdeu 2,4% em 2012 e 3,6% em 2013. Face a estes resultados, Manuel Rodrigues questionou ao Ministro Vieira da Silva qual o sentido de estarmos a investir num ativo onde o Fundo tem perdido dinheiro.

O PSD interpelou, em 4 de maio de 2016, o Governo sobre a utilização do Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social na recuperação de património, questionando a razão da aplicação de 1.400 milhões num programa de risco e baixa rentabilidade.



No início de abril, o primeiro-ministro anunciou que o Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social vai aplicar 1.400 milhões de euros na recuperação de património, visando estimular o arrendamento habitacional a preços acessíveis. No dia 4, o Governo recuou nesta posição, anunciando que irá investir 500 milhões de euros.

Logo que se soube desta proposta, o PSD, pela voz do deputado Adão Silva, recordou que este se tratava de um “exercício muitíssimo arriscado e aventureiro”, sobre o qual não se conhecia os “contornos”. Adão Silva recordou, a propósito, que o Fundo de Estabilização da Segurança Social teve nos últimos quatro anos uma “belíssima rentabilidade”, aumentando 4.500 milhões de euros, além de ser dinheiro “essencial para garantir a sustentabilidade da Segurança Social”. Pelo contrário, acrescentou, o investimento imobiliário “é de risco e de baixa rentabilidade”.

Deputados do PSD/Setúbal preocupados com futuro da Autoeuropa



Os deputados do PSD eleitos por Setúbal enviaram, 2 de maio, um documento ao ministro da Economia a manifestar a sua preocupação com o futuro da Autoeuropa, alertando que a eventual redução da produção pode originar despedimentos. “Existem notícias de que esta empresa está a equacionar reduzir a produção para um turno diário, o que poderá levar ao despedimento de muitos trabalhadores nas fábricas de componentes para automóveis que dependem em exclusivo da Autoeuropa”, escrevem os sociais-democratas em comunicado.

Segundo o deputado Bruno Vitorino, o que poderá estar em causa é a redução da produção para um turno diário, devido a uma quebra de encomendas dos atuais modelos e ao tempo de espera pelo novo carro.

O social-democrata explica que a Autoeuropa, localizada em Palmela, é o “o maior investimento estrangeiro que opera em Portugal”.

Bruno Vitorino, que também é o presidente do PSD/Setúbal, refere, ainda, que de um total de quase 700 unidades empresariais que fornecem a Autoeuropa, cerca de metade são portuguesas.

O deputado do PSD lembra também que o anterior Governo e a Autoeuropa assinaram em maio de 2014 um contrato de investimento de 678 milhões de euros, a realizar até 2019, sendo um dos objetivos a criação de 500 novos postos de trabalho. “Este investimento permitiria uma maior aposta no concelho de Palmela e nos concelhos limítrofes, originando a criação de centenas de postos de trabalho para a população, bem como a sustentabilidade e desenvolvimento de outras empresas ligadas ao setor”, sublinha, acrescentando que estão “bastante preocupados” com o futuro da Autoeuropa e das empresas que dela dependem.

Os deputados do PSD pretendem saber se o Governo está a par desta situação e que medidas pensa tomar para evitar que esta situação venha a ocorrer, bem como qual o ponto de situação do contrato de investimento celebrado entre o Governo PSD/CDS-PP e a Autoeuropa, em maio de 2014.

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes precisa de 55 médicos



Os deputados do PSD alertaram para a necessidade de um reforço de 55 médicos para o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD) e desafiaram os partidos políticos à união em defesa da saúde pública. Os deputados social-democratas eleitos pelo distrito de Vila Real, Luís Leite Ramos, Pedro Pimentel e Teresa Tender, reuniram, 2 de maio, com o conselho de administração do CHTMAD, para fazerem um “ponto de situação dos problemas e dificuldades” desta unidade de saúde que agrega os hospitais de Vila Real, Chaves, Régua e Lamego.

“O hospital precisa muito rapidamente de 55 novos médicos, os contratos que têm sido lançados continuam desertos e as dificuldades de contratar médicos mantêm-se”, afirmou Luís Leite Ramos após o encontro.

O parlamentar destacou a falta de recursos humanos em especialidades com anesthesiologia, urologia, medicina interna ou ortopedia.

Defendeu ainda a necessidade de se reavaliar se “há uma má distribuição de médicos” mas disse que também é importante “encontrar uma outra política de

incentivos”.

Perante esta dificuldade em atrair médicos ao interior, o deputado desafiou as “outras forças partidárias e os agentes políticos do concelho e da região” para uma união em defesa do Sistema Nacional de Saúde e do CHTMAD. “É muito importante termos em Vila Real mais unidades de saúde privadas, mas eu acho que temos que, em primeiro lugar, defender o nosso centro hospitalar e a qualidade dos serviços colocados à disposição das populações na região”, frisou.

Recentemente o presidente da Câmara de Vila Real, Rui Santos, anunciou que a cidade vai contar com duas novas unidades de saúde privadas.

Luís Leite Ramos sublinhou ainda a necessidade de reforçar o centro oncológico do CHTMAD com mais um acelerador linear e referiu que, em 2016, não se vai manter o reforço de verbas para o centro hospitalar o que, na sua opinião, vai “criar dificuldades adicionais”

Há, segundo o parlamentar, um défice de “12 milhões de euros” entre a proposta do conselho de administração e o valor que o Governo vai atribuir.

O deputado destacou a realização de obras de cerca de um milhão de euros no hospital de Chaves, já previstas na anterior legislatura, e relativamente ao hospital da Régua, fechado após a deteção de ‘legionella’ na rede de água, referiu que foi informado da intenção de se proceder a uma intervenção no edifício.

No entanto, Luís Leite Ramos disse que “continua a achar que valeria a pena equacionar um acordo com a Santa Casa da Misericórdia da Régua”, o que esteve em cima da mesa no anterior Governo PSD/CDS.

Neste dia dedicado ao distrito trasmontano, os deputados do PSD aproveitaram ainda para alertar para o risco do colégio privado de Poiães, no concelho de Peso da Régua, fechar no próximo ano letivo se for concretizada a intenção do Governo de “obrigar a que os alunos, que tenham nos seus concelhos de origem disponibilidade nas escolas públicas, não se possam matricular nas instituições privadas”.

Para Luís Leite Ramos, a aplicação do despacho do ministério da Educação “de forma cega” é “uma imprudência” que vai colocar em risco “uma escola de referência da região” que acolhe atualmente muitos alunos dos concelhos limítrofes da Régua.

A reunião permitiu aos deputados do PSD fazer um diagnóstico das principais dificuldades com que se depara o Centro Hospitalar e cada uma das suas unidades hospitalares, nomeadamente os relativos aos hospitais de Chaves e Peso da Régua, apelando os parlamentares a uma intervenção célere e eficaz que melhore o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, bem como a confiança e a perceção e satisfação relativamente aos serviços prestados.

Obras do Eixo Central de Lisboa são “precipitadas”

O vereador social-democrata da Câmara Municipal de Lisboa António Prôa considera que as obras do Eixo Central da cidade, abrangendo o Saldanha e Picoas, são uma “solução precipitada”, que visa servir “o interesse eleitoral da maioria socialista”.

Para o PSD, estas obras estão a ser lançadas “sem a devida ponderação e planeamento”. “O resultado imediato é sujeitar a cidade e os lisboetas e soluções precipitadas, como se tem observado com as alterações recorrentes aos projetos iniciais da autarquia”, considera o vereador, numa nota enviada aos jornalistas.

Apesar de admitir que “todas as obras provocam incómodos e estes valem a pena quando as obras trazem benefícios”, o autarca sublinha que “a grande questão é que as obras em Lisboa vão ser feitas todas ao mesmo tempo para servirem o interesse eleitoral da maioria socialista”.

Em causa está a intervenção que arrancou no dia 3 de maio e que tem uma duração estimada de nove meses, abrangendo as avenidas Fontes Pereira de Melo e da República e as praças Duque de Saldanha e Picoas.

Nesta primeira fase, os trabalhos serão feitos no separador central da Avenida Fontes Pereira de Melo, onde, durante três meses, estarão suprimidas duas (uma em cada sentido) das seis vias. Das quatro vias restantes, duas (também uma em cada sentido) são destinadas a transportes públicos, mas durante este período serão partilhadas com o transporte individual. Ao mesmo tempo, haverá intervenções na Avenida da República junto a Entrecampos. Além das obras neste eixo, decorre a requalificação da frente ribeirinha da cidade – Campo das Cebolas, Cais do Sodré e Corpo Santo – e a Câmara espera começar já no verão os trabalhos na Segunda Circular.

“Infelizmente, o interesse eleitoral e a tentativa de resolver um problema de notoriedade sobrepõem-se ao respeito que é devido aos lisboetas”, lamenta António Prôa, em comunicado.



O social-democrata contou ter “sofrido hoje na pele” os congestionamentos de trânsito que se deverão verificar nos próximos meses no denominado Eixo Central. “É insuportável”, observou.

Falando em obras anteriores, António Prôa referiu que após as mudanças introduzidas na praça Marquês de Pombal e na Avenida da Liberdade se verificaram “precipitações que obrigaram a correções”. “Tenho todas as razões para achar que vai haver mais uma precipitação e Lisboa não pode ser sujeita de novo a um imprevisto”, salientou.

Para esta zona da cidade, projeta-se o alargamento dos passeios, a criação de zonas verdes e de estadia, a repavimentação das faixas de rodagem (feita durante a noite), o reordenamento do estacionamento e a criação de uma ciclovia bidirecional, alterações feitas no âmbito do programa “Uma praça em cada bairro”.

A reabilitação do Eixo Central está orçada em 7,5 milhões de euros.

Matosinhos

Anúncio do portinho de Angeiras revela “falta de vergonha do Governo”

O presidente da distrital do Porto do PSD Virgílio Macedo acusa a ministra do Mar de mentir sobre o portinho de Angeiras, em Matosinhos, e afirma que o anúncio, de dia 9 de maio, revela a “falta de vergonha deste Governo”. “Este anúncio é o esplendor da falta de vergonha deste Governo do Partido Socialista (PS). Esta ministra, com o mesmo presidente de câmara, com os mesmos protagonistas, com a mesma ‘mise-en-scène’, com a mesma cerimónia, é a terceira vez que anuncia o portinho de Angeiras”, acusou Virgílio Macedo, lembrando que, em 2009, a então secretária de Estado Ana Paula Vitorino havia indicado que as obras iriam começar no ano seguinte.

A ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, anunciou no

Mercado de Angeiras, Matosinhos, que “a intervenção no portinho de Angeiras é para avançar” este ano.

“Isto é inacreditável, é gozar pura e simplesmente com os pescadores de Angeiras, com os matosinhenses, com o povo português”, acusou o líder distrital do PSD, que considerou que Ana Paula Vitorino mentiu aos pescadores de Angeiras aquando dos anteriores anúncios.

“Se fosse eu, primeiro não mentia, e só lá ia quando houvesse condições para as obras começarem no dia a seguir, não é daqui a um ano e meio”, referiu o líder da distrital social-democrata.

Para Virgílio Macedo, o anúncio feito “não é para cumprir porque anuncia-se a construção do portinho

de Angeiras em 2016 e 2017 e logo a seguir anuncia-se que em 2016 a única coisa que se vai fazer é uma rampa de acesso para barcos”.

Questionado sobre qual a posição do PSD acerca da construção do portinho de Angeiras, o dirigente distrital do PSD declarou que é uma “obra prioritária a ser feita no concelho de Matosinhos”, que não foi concretizada durante o mandato do governo anterior devido à conjuntura económica.

“Nós não percebemos porque é que fazem este anúncio para 2017. É mais um número de circo político”, apontou Virgílio Macedo.

Luís Montenegro

“A geringonça funciona para derreter o dinheiro público”



“No passado dia 4 de abril o Primeiro-Ministro foi claro e eu vou citá-lo: “Para criar um novo segmento no mercado o Governo vai investir 1400 milhões de euros do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social na recuperação do património, alargando as fontes de financiamento da Segurança Social’. Um mês depois, o Governo recua e o Ministro da Segurança Social desmente o Primeiro-Ministro”. Estas foram as palavras iniciais de Luís Montenegro na sua intervenção no encerramento do debate sobre a “Sustentabilidade da Segurança Social e a utilização do Fundo de Estabilidade Financeira”.

Diante deste cenário, o líder parlamentar do PSD resume este caso da seguinte forma: “Ligeireza do Governo, ligeireza do Primeiro-Ministro, ligeireza do PS e das suas promessas eleitorais e ligeireza da geringonça. Há quem diga que é geringonça mas funciona, funciona para derreter dinheiro público e para deixar faturas para quem vem a seguir pagar”.

De seguida, o presidente do grupo parlamentar do PSD apontou que, com a marcação deste debate, o PSD demonstrou que “este Governo e esta maioria querem brincar com o dinheiro dos contribuintes e dos pensionistas. Demonstrou que este Governo e esta maioria não querem um debate sério sobre a sustentabilidade da segurança social. Demonstrou que este Governo e esta maioria andam a “apanhar bonés”, não têm estratégia nem política para a habitação, para a reabilitação e para o arrendamento. E não sabem como descalçar a bota da promessa precipitada do Primeiro-Ministro. Qualquer que seja o valor, a ideia de financiar o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado com o dinheiro do Fundo de Estabilização da Segurança Social é um pecado imperdoável. Lançá-lo na especulação imobiliária é imprudente, é arriscado e errado. É o regresso da festa, da política socialista do cimento”.

Ressalvando que Portugal não precisa de confusão, de ligeireza e de faturas pesadas para o futuro, Luís Montenegro declarou que os portugueses não precisam de um “Governo de generalidades”. “Não precisávamos de um Governo preocupado em esconder a irresponsabilidade do capricho eleitoral do seu chefe. Hoje os Ministros vieram aqui desdizer o Primeiro-Ministro. Foi parcial, mas eu creio que a vergonha está assumida. E por isso eu lanço um desafio: assumam, de uma vez por todas, aquilo que está subjacente a esta irresponsabilidade e desistam desta irresponsabilidade. As portuguesas e os portugueses de hoje e de amanhã vão, com certeza, agradecer esse gesto do Governo”.

Propostas do PSD

Redução do número de deputados e voto preferencial

O PSD propõe a mudança da lei eleitoral, que inclui a redução do número de deputados e a introdução do voto preferencial. Estas alterações foram apresentadas em conferência de imprensa, no parlamento, e integram-se nas propostas do PSD no âmbito da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas.

Luís Marques Guedes recorda que, “sem se mexer na Constituição, o máximo que se pode avançar com a redução é até 180”, sublinhando que os sociais-democratas têm defendido a necessidade de se fixar um número ímpar, para evitar empates. “Essa é uma matéria que está a ser trabalhada com órgãos nacionais do PSD e será apresentada no decurso dos trabalhos da comissão”, afirmou, lembrando que no passado os sociais-democratas defenderam o número de 181 deputados.

O objetivo do PSD é apresentar as mudanças ao sistema eleitoral até ao final da atual sessão legislativa, afirmou ainda Marques Guedes.

O vice-presidente social-democrata anunciou propostas de alterações ao estatuto dos deputados, alargando

o impedimento a funções de consultadoria, emissão de pareceres e de advocacia, e exercício simultâneo de funções autárquicas, reguladoras e em órgãos de soberania.

Os sociais-democratas querem mexer no estatuto do deputado para “alargar o impedimento a funções de consultadoria, emissão de pareceres e exercício de mandato judicial, por si ou através de sociedades profissionais, quer ao Estado quer a qualquer entidade pública”, afirmou o ‘vice’ da bancada Luís Marques Guedes.

O PSD quer também alargar “as incompatibilidades pelo exercício simultâneo de atividade, quer em órgãos de soberania, quer em órgãos autárquicos, quer em entidades reguladoras”, anunciou Marques Guedes, acompanhado de Carlos Abreu Amorim e Hugo Soares.

Com esta proposta, passa a ser impeditivo do exercício do mandato de deputado o “desempenho de cargo ou função de designação governamental, independentemente da sua natureza, vínculo ou remuneração”.

O incumprimento do registo de interesses pelos deputados passa a ser punido com suspensão automática

de mandato, de acordo com esta proposta do PSD, que determina ainda que deixa de constituir uma situação de suspensão automática do mandato o ser-se funcionário do Estado ou de outra pessoa coletiva pública.

Outra proposta do PSD refere-se ao alargamento do controlo público da riqueza, criminalizando desconformidades na obrigação de declarar património, que é estendida à administração regional e local. O PSD quer alargar a obrigação declarativa aos “cargos de direção da administração direta e indireta do Estado” e da administração regional e local, punindo com crime de desobediência a não apresentação das declarações de rendimento e património e criminalizando a “declaração desconforme com a realidade”.

O registo público atualizado de “todas as ofertas institucionais recebidas por titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos” é outra das propostas dos sociais-democratas.

O vice-presidente da bancada do PSD Luís Marques Guedes não se quis comprometer com soluções fechadas do tipo da criminalização do enriquecimento ilícito,

chumbadas duas vezes pelo Tribunal Constitucional. "Uma vez que há uma comissão que vai trabalhar sobre estas matérias e ouvir muita gente, como nós estamos preocupados é com o resultado final, da verdadeira criminalização deste tipo de situações, entendemos que não devemos desde já estar a marcar as cartas sobre a mesa relativamente à solução A, B ou C", afirmou Marques Guedes, em resposta aos jornalistas.

"Até pelo histórico, de bloqueio jurídico por parte do Tribunal Constitucional às soluções anteriormente apresentadas, preferimos partir para este debate colocando a questão como um pilar essencial que deve resultar do trabalho desta comissão, mas procurar os entendimentos, os contributos, os 'apport' [contribuições], os consensos, para que a solução - mesmo à luz da interpretação que tem sido restritiva do Tribunal Constitucional - seja bem sucedida", acrescentou.

No âmbito do regime de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, o PSD propõe o "impedimento para o exercício das funções de consultadoria, emissão de pareceres, de mandato judicial, da assinatura de projetos de engenharia ou de arquitetura, sancionando-se a infração com a perda de mandato".

O PSD propõe também a "extensão às empresas do setor público da inibição ao exercício de funções no setor tutelado, nos três anos seguintes ao exercício do mandato".



Banif

PSD quer mais esclarecimentos de Vitor Constâncio



O PSD acusa Vítor Constâncio de querer "fugir com o rabo à seringa" ao recusar participar na comissão inquérito ao caso Banif, frisando que o ex-governador do Banco de Portugal ganha uma "centralidade preocupante" neste processo. Em declarações aos jornalistas, no parlamento, dia 4, o deputado do PSD Carlos Abreu Amorim afirmou que o vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Vítor Constâncio, "usa e abusa de qualquer pretexto formal para se eximir ao escrutínio" do parlamento português.

Carlos Abreu Amorim frisou que "depoimento após depoimento, documento atrás de documento, está o doutor Vítor Constâncio no caso Banif a ganhar uma centralidade preocupante que levanta muitas dúvidas e inquietações". "Não podemos ter uma comunicação da diretora do sistema de Concorrência Europeia a dizer que o doutor Vítor Constâncio lhe foi pedir para convencer a comissão a desbloquear a venda do Banif ao Santander e agora o doutor Vítor Constâncio dizer que não esteve envolvido em nenhuma decisão", afirmou.

Numa carta ao presidente da comissão parlamentar

de inquérito ao processo de resolução do Banif, Vítor Constâncio alega não poder participar nos trabalhos da comissão por o BCE responder perante o Parlamento Europeu. Constâncio refere que por decisão da Comissão Executiva do BCE "nenhum membro desta instituição que seja solicitado a testemunhar perante uma comissão parlamentar de inquérito dum parlamento nacional deverá tomar parte da mesma".

Perante a posição assumida pelo vice-presidente do BCE, Carlos Abreu Amorim afirmou que Vítor Constâncio está a prestar "um mau serviço às instituições europeias e a dar todo o ar de que pura e simplesmente não quer dizer aquilo que fez" no caso Banif.

"Deveria ser o próprio a pedir para vir cá esclarecer o seu papel em vez de estar a fugir com o rabo à seringa e esta seringa é a seringa da democracia, da vontade do povo português", criticou.

O deputado do PSD disse registar "contradições" na recusa de Vítor Constâncio, frisando que esteve presente na segunda comissão de inquérito ao BPN e respondeu

por escrito na comissão parlamentar de inquérito ao BES (Banco Espírito Santo).

Carlos Abreu Amorim afirmou ainda que o PSD continuará a insistir para que Vítor Constâncio preste esclarecimentos na comissão de inquérito e que recorrerá aos meios disponíveis, nomeadamente através do Parlamento Europeu.

Secretário de Estado das Finanças formula "teorias e acusações" em artigos de opinião

Carlos Abreu Amorim acusou ainda o secretário de Estado Ricardo Mourinho Félix de formular "teorias e acusações" em artigos de opinião sobre o Banif quando já sabia que tinha de prestar "os devidos esclarecimentos" na comissão de inquérito sobre o banco. "Quem não se dá ao respeito, não será com certeza respeitado", declarou o deputado do PSD Carlos Abreu Amorim, coordenador do partido na comissão de inquérito, frase dita antes do arranque da audição de Mourinho Félix, secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças.

"O senhor depoente nesta comissão fez já três artigos de opinião bastante extensos dando a sua visão do problema e da situação do caso Banif, não se eximindo a formular teorias e também acusações. E fê-lo numa altura em que sabia que estava chamado para esta comissão e tinha de prestar os devidos esclarecimentos nesta comissão parlamentar de inquérito", vincou o social-democrata Carlos Abreu Amorim.

Num artigo de opinião publicado no "Jornal de Negócios", Ricardo Mourinho Félix diz que o "Banif foi resolvido após conclusão, sem sucesso, do processo de venda voluntária em 18 de dezembro". Segundo o governante, as propostas recebidas implicavam uma nova injeção de fundos públicos que constituía ajuda de Estado.

Deputados visitaram empresas têxteis de referência no distrito de Braga



A maioria dos clientes das grandes empresas de têxteis-lar do Vale do Ave, na Europa e nos Estados Unidos, exigem que os produtos tenham a etiqueta “made in Portugal”, já que os consumidores lhe associam uma imagem de qualidade e inovação, e de responsabilidade social e ambiental.

A constatação foi feita pelos deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de Braga, numa visita temática ao setor têxtil, ocorrida no passado dia 2 de maio. A comitiva liderada por Jorge Moreira da Silva, integrava ainda Fernando Negrão, Clara Marques Mendes, Emídio Guerreiro, Jorge Paulo Oliveira e Joel Sá, visitou três empresas têxteis de referência, Mundotêxtil - Indústrias Têxteis, SA. (Vizela), Lameirinho - Indústria Têxtil, SA (Guimarães) e à Riopelle (Vila Nova de Famalicão).

Os deputados do PSD enaltecem a perenidade daquelas empresas, resultado da liderança forte de quem tem conduzido os seus destinos, e da capacidade de abandonar o têxtil tradicional, adaptando-o à nova realidade do setor, com apostas fortes na inovação, no design, na diferenciação dos produtos e na investigação, fatores essenciais para o sucesso das exportações num mercado mundial extremamente competitivo. Recordou-se que 2015 foi o melhor ano das exportações têxteis e de vestuário dos últimos doze anos, com um crescimento de 5% face ao ano anterior.

Os critérios que definem uma PME, determinantes para o acesso a programas de apoio europeus aos mais variados níveis, foi uma das matérias que os empresários consideram desajustados à realidade do país e do setor e que carece de correção urgente.



Duarte Freitas defende uma “verdadeira reestruturação” do setor público empresarial regional

O candidato do PSD/Açores a presidente do governo anunciou que vai fazer uma “verdadeira reestruturação” do setor público empresarial regional, alegando que a governação socialista tem usado as empresas públicas para “esconder dívida e fazer nomeações políticas”. “Comigo como presidente do governo, os açorianos podem ter uma certeza: haverá uma verdadeira reestruturação do setor público empresarial regional. O mérito será colocado acima dos interesses partidários. A competência será o principal critério na escolha dos gestores públicos”, afirmou Duarte Freitas, em conferência de imprensa, 6 de maio.

O líder dos social-democratas açorianos advertiu que a dívida global do setor público empresarial regional “atinge quase dois mil milhões de euros”, o que representa mais de metade do PIB açoriano, ou seja, mais de metade da riqueza produzida durante um ano nos Açores. “É hoje claro para os açorianos que existem vários casos de gestão danosa e uma enorme irresponsabilidade financeira. Os açorianos já estão a pagar e as gerações futuras vão pagar caro os erros dos governos socialistas e dos projetos sem racionalidade que os mesmos levaram a cabo”, sublinhou.

Duarte Freitas referiu que atualmente existem na região “várias empresas públicas que são utilizadas como veículo para esconder dívidas e outras que são utilizadas apenas como braço tentacular do Partido Socialista”.

“É preciso mudar este estado de coisas. Comigo presidente do governo, será posto fim a este vício de 20 anos de governação socialista de fazer crescer e multiplicar o número de empresas públicas e de gestores públicos”, disse.

O presidente do PSD/Açores garantiu que fará “um corte de 100 cargos de nomeação política, muitos deles nos conselhos de administração das cerca de 50 entidades públicas empresariais regionais atuais”.

“Comigo presidente do governo, será possível gerir melhor com menos, entregar à iniciativa privada o que pode ser feito pela iniciativa privada e manter na esfera pública aquilo que deve ser público”, assegurou.

O líder social-democrata açoriano apresentou como “pésimos exemplos” da governação socialista no setor público empresarial regional as recentes notícias sobre a SPRHI, “acusada pelo Tribunal de Contas de ter como única missão o pedido de empréstimos à banca”, e sobre a Sinaga, “cuja gestão desastrosa está a dar cabo de uma empresa histórica e a colocar em risco os postos de trabalho”.

Relativamente à SPRHI, Duarte Freitas frisou que se trata de uma empresa pública criada pelo “regime socialista que deixa aos açorianos uma fatura muito superior a 200 milhões de euros, dos quais grande parte continua por pagar”.

“Há muito que a SPRHI não tem razão de existir e é o próprio Tribunal de Contas quem o afirma. Esta entidade pública limita-se a ser um instrumento para o governo regional obter empréstimos e fazer obras ao ritmo eleitoral do Partido Socialista. A partir de outubro isso vai acabar. Comigo presidente do governo, a SPRHI vai ser extinta”, garantiu.

O presidente do PSD/Açores explicou que com a extinção da SPRHI “é possível conseguir uma poupança de um milhão de euros, dos quais 230 mil euros correspondem a gastos com os salários dos administradores, como o próprio Tribunal de Contas refere”.

“Esta poupança de um milhão de euros é mais que suficiente para comportar o custo da integração dos trabalhadores desta entidade na administração pública regional. Eu não tenho dúvidas: os trabalhadores da SPRHI são necessários à administração pública regional, os administradores



não”, afirmou.

PSD/Açores quer explicações do governo regional sobre a empresa pública Sinaga

O PSD/Açores vai requerer “com caráter de urgência” a audição do vice-presidente do governo regional na comissão parlamentar de Economia para explicar o futuro da empresa pública Sinaga, anunciou Duarte Freitas. “Quer queira, quer não, o governo vai ter de ser explicar”, afirmou o presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, numa conferência de imprensa em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, sobre o setor público empresarial regional.

O líder social-democrata açoriano recordou que, seis anos após o governo regional ter comprado a maioria do capital da empresa, esta se encontra numa “situação de falência técnica e de total estrangulamento de tesouraria”, prevendo a administração “prejuízos de 16 milhões de euros nos próximos três anos, a somar aos mais de 30 milhões de passivo já acumulados”. “A melhor prova da incompetência socialista é a própria realidade: na campanha de 2009, antes da entrada do governo regional na Sinaga, a área cultivada de beterraba foi de 170 hectares. Em 2016, a área cultivada não vai ultrapassar os 90 hectares”, lembrou.

Para Duarte Freitas, “o governo regional socialista destruiu a empresa, destruiu a cultura de beterraba e põe em risco 120 postos de trabalho”.

“O PSD/Açores exige, por isso, que o governo regional esclareça o mais rapidamente possível os contornos, ainda desconhecidos, do plano apresentado para a Sinaga, em que é admitido o encerramento da fábrica e o abandono da cultura de beterraba sacarina”, disse.

O presidente do PSD/Açores anunciou, por isso, que os deputados do partido vão requerer a presença, com “caráter de urgência”, do vice-presidente do governo regional na comissão parlamentar de Economia para “explicar o que pretende o governo para a Sinaga”.

“Os trabalhadores da Sinaga têm direito a saber qual vai ser o seu futuro. Exigimos que o governo explique as assembleias gerais feitas à socapa e outras questões duvidosas que vão sendo conhecidas, ao arripio da transparência que é exigida”, afirmou.

O líder social-democrata acrescentou que o PSD vai também “promover a realização de um conjunto de audições no parlamento com os responsáveis da Associação Agrícola de São Miguel e da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada dedicadas à Sinaga”.

A Sinaga, fábrica de açúcar dos Açores, necessita de uma injeção de três milhões de euros para resolver problemas de tesouraria, que poderão gerar prejuízos de 16 milhões de euros nos próximos três anos, segundo um plano apresentado à administração da empresa de capitais públicos pelo novo administrador, Paulo Neves. Este documento revela que a Sinaga está numa situação de “total estrangulamento de tesouraria” e que necessita de tomar medidas para evitar atingir uma “situação descontrolada”.

Duarte Freitas defende uma “verdadeira reestruturação” do setor público empresarial regional

O deputado do PSD/Açores, Cláudio Lopes, afirmou que “só com o PSD no Governo é que se vai cumprir o Triângulo”, referindo que “o governo socialista nunca acertou o passo em matéria de transportes marítimos de passageiros na área do Triângulo. O PSD/Açores vai corrigir o que está feito e vai cumprir esse objetivo, que para nós é uma prioridade”, disse.

Em conferência de imprensa, o deputado social-democrata frisou que o líder do PSD/Açores, e candidato a Presidente do Governo, Duarte Freitas, “conhece bem a realidade geográfica, social e económica do Triângulo. E vai criar aqui um espaço único, incrementando fortemente o número de viagens que temos atualmente entre estas três ilhas”.

Cláudio Lopes lembrou que foram gastas “largas dezenas de milhões de euros em infraestruturas portuárias e na compra de dois novos barcos, mas o Triângulo, como realidade económica e social, ainda está por cumprir”. “Duarte Freitas sabe muito bem o que deve ser feito, contrariamente a quem manda na Atlânticoline, que não tem conhecimento algum desta realidade insular em particular. E que ainda faz afirmações de todo desnecessárias e inadequadas”, criticou.

O deputado entende que, “apesar de termos dois barcos novos, há menos ligações entre o Faial e o Pico, tarifas mais caras e a incerteza de ligações entre o Pico e São Jorge”.



E acrescenta “o que é reconhecido por todos, que os 22 milhões de euros gastos no Porto da Madalena, baixaram os níveis de operacionalidade daquela infraestrutura”.

“Com o PSD no Governo, o Canal Pico/Faial, receberá um barco mais rápido e de menor lotação, numa primeira fase em regime de aluguer, para intensificar a ligação marítima entre as duas ilhas, numa verdadeira ponte marítima”, garantiu.

Segundo Cláudio Lopes, “os dois novos barcos já comprados, deverão integrar este sistema de transportes no Triângulo. Um deles fará, entre o Faial e o Pico, duas ligações diárias (de manhã e à tarde), possibilitando o

transporte de viaturas”.

“O outro fará pelo menos duas ligações diárias entre as ilhas de São Jorge e do Pico, podendo ficar estacionado numa delas, uma vez realizadas as tão necessárias melhorias nas infraestruturas dos Portos das Velas e de São Roque”.

“É assim que se cumpre o Triângulo”, reforçou o deputado do PSD/Açores, ciente de que “vamos dar condições a estas três ilhas para crescerem economicamente e serem socialmente mais coesas, permitindo a toda a Região ganhar com essa aposta”, concluiu.

Termas da Graciosa estão ao “abandono”

O PSD da ilha Graciosa, nos Açores, responsabiliza o governo regional, do PS, pelo “estado desolador” e de “abandono” em que se encontram as termas do Carapacho, sustentando que deveriam reabrir este mês.

De acordo com um comunicado da Comissão Política de Ilha da Graciosa do PSD, em fevereiro, em informação prestada à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, o presidente da câmara municipal afirmou que, segundo o diretor regional do Turismo, as termas do Carapacho iriam reabrir este mês.

“Já antes, em novembro de 2015, o mesmo diretor regional afirmava que as termas iriam reabrir em pleno este ano, depois de executadas novas obras de reabilitação. Chegados a maio de 2016, as termas apenas estão com a piscina de água quente a funcionar, não possuindo qualquer outra valência”, referem os social-democratas.

O PSD/Graciosa recordou, dia 4, que as termas do Carapacho “sofreram avultadas obras de reabilitação” em 2010 e que, após essa data, “tem sido um verdadeiro calvário de obras atrás de obras e de encerramentos atrás de encerramentos”.

“Dos duches ‘vichy’ aos tratamentos na área da reumatologia, das massagens terapêuticas aos duches de jato com água termal, passando pelos tratamentos de saúde, lazer e bem-estar, das imersões ou do ‘jacuzzi’, nada disto está ao serviço dos graciosenses e de quem visita a ilha, consistindo num verdadeiro escândalo”, lê-se no comunicado.

O PSD/Graciosa exige que “sejam retiradas consequências políticas do estado a que se deixou chegar aquela infraestrutura”, acrescentando que a ilha “não pode continuar a ser tratada desta forma pelo poder político regional, perante o silêncio do PS/Graciosa e dos responsáveis autárquicos eleitos nas suas listas”.

Greves sistemáticas dos estivadores prejudicam os madeirenses

O Conselho Regional do PSD/Madeira considera que as duas regiões autónomas portuguesas "não têm possibilidades de aguentar" os "períodos sistemáticos" de greve dos estivadores nos portos nacionais. "A greve não se resume às questões relacionadas com direitos e deveres ou com o cumprimento de serviços mínimos, mas é também um constrangimento ao normal funcionamento de muitas empresas madeirenses que têm os seus fornecimentos pendentes e a sua atividade económica ameaçada", declarou o presidente da mesa do Conselho do PSD, Adolfo Brazão, após reunião em São Vicente, no norte da ilha, 7 de maio.

Os sociais-democratas madeirenses afirmam não colocar em causa o direito à greve nem as divergências entre estivadores e operadores portuários, mas sublinham que as regiões autónomas da Madeira e Açores não têm como aguentar os períodos de paralisação sistemáticos e o prejuízo que provocam.

Adolfo Brazão referiu igualmente que o Conselho Regional do PSD pediu responsabilidade aos agentes envolvidos no Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) para que este não seja prejudicado na sequência do caso Papéis do Panamá.

"O PSD/Madeira não irá admitir que os interesses dos madeirenses e da região sejam prejudicados, devido a suspeições sem nexos, com intuitos demagógicos e objetivos obscuros e populistas", declarou, realçando que o



CINM gera anualmente cerca de 130 milhões de euros em impostos e é responsável pela criação de 3.000 empregos qualificados.

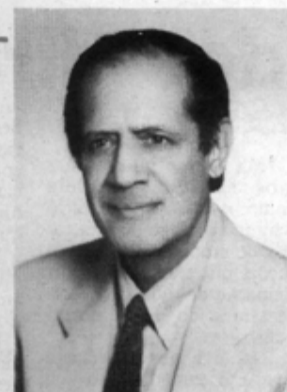
Os sociais-democratas enaltecem, por outro lado, o trabalho desenvolvido pelo executivo regional, liderado

por Miguel Albuquerque, no decurso do primeiro ano de governação, destacando aspetos como a recuperação da credibilidade das finanças públicas, o abatimento da dívida, o novo subsídio de mobilidade aérea bem como o subsídio de mobilidade para o Porto Santo e ainda o início do processo de construção de uma nova unidade hospitalar.





Correia Afonso no debate do Programa do Governo



Finalmente surgiu a oportunidade de cumprir as metas de desenvolvimento, progresso e justiça social há tantos anos prometidas

Nos termos regimentais está a terminar o debate do Programa do XI Governo Constitucional.

Numa análise política global do que tem vindo a ocorrer em Portugal nos últimos 2 anos, não é possível esquecer:

— As eleições de Outubro de 1985;

— Os 20 meses seguintes do Governo Cavaco Silva;

— As eleições de 19 de Julho passado, com a vitória do PSD por maioria absoluta;

— O Programa do XI Governo constitucional e o respectivo debate a decorrer neste Parlamento só os saudositas do passado, qualquer que seja o seu sinal ideológico, é que não se aperceberam ainda da extraordinária mudança que, mesmo à frente dos nossos olhos, está a processar-se em Portugal.

Mudança estrutural, democrática.

Mudança formal, no estilo de governar.

Mudança substancial, nas medidas governativas e nos resultados alcançados.

13 anos passaram sobre a revolução de 25 de Abril.

Os portugueses constata-ram, com orgulho e satisfa-

ção, que a democracia se consolidou em Portugal, que um novo ciclo de estabilidade e esperança se iniciou.

Finalmente surgiu a oportunidade de cumprir as metas de desenvolvimento, progresso e justiça social, há tantos anos prometidas.

Marcado confessadamente por preocupações não apenas políticas, mas também de ordem económica, social e cultural, só agora o regime instituído em Portugal está em condições de vir a assegurar a aplicação dos 3 princípios que caracterizam as democracias europeias ocidentais, e que constituem uma condição indispensável à estruturação e funcionamento dum Estado democrático moderno:

A representação

A legalidade

A separação de poderes.

Do conceito de soberania popular decorre naturalmente o princípio da representação.

Dele tem resultado o processo democrático da escolha dos governantes que têm conduzido os destinos do País desde 1976.

Só os saudosistas do passado, qualquer que seja o seu sinal ideológico, é que não se aperceberam ainda da extraordinária mudança que, mesmo à frente dos nossos olhos, está a processar-se em Portugal

Neles repousa a sua legitimidade.

Sobre a aplicação do princípio da representação não têm surgido problemas, nem dúvidas ou hesitações.

O funcionamento do regime democrático tem no entanto de estar sempre sujeito a regras pré-fixadas.

É o princípio da legalidade que ainda hoje infelizmente não se aplica — ou é deficientemente aplicado — em parte do território nacional.

Estão agora, depois de 19 de Julho, criadas as condições para que a legalidade democrática se estenda a todo o País.

Quanto ao princípio da separação de poderes, que — segundo Montesquieu — tem como objectivo garantir a liberdade e defender a democracia, a sua aplicação tem também passado por dificuldades.

Trata-se no fundo da regra de delimitação de competências dos órgãos de soberania, modernamente entendida com flexibilidade, como aliás ressalta do artigo 114.º da nossa Constituição.

Só agora, após as eleições de 19 de Julho, é possível pôr termo à agressão à regra da separação de poderes, agressão que a oposição, então maioritária, as-

sumiu na última legislatura, e que foi uma constante sempre presente nesta Câmara.

Princípio da representação: para determinação ou escolha dos titulares do poder político.

Princípios da legalidade e da separação de poderes: para delimitação da esfera de exercício desse poder político.

Estas terão de ser as traves mestras da democracia que nos coube construir e agora se impõe defender.

Ao XI Governo constitucional e ao Grupo Parlamentar do PSD caberá agora a missão histórica de rematar, completar e aperfeiçoar, o edifício da democracia, implantando-o em todo o território nacional, nomeadamente pela garantia da aplicação dos princípios da legalidade e da separação de poderes.

Com o acto eleitoral de 19 de Julho abriu-se portanto a porta ao aprofundamento, consolidação e modernização da democracia pluralista ocidental em Portugal.

Como escreveria Raymond Aron, passou a existir estabilidade e eficácia porque o Governo é a ex-

pressão duma maioria parlamentar, e dura o tempo que durar essa maioria.

Há efectivamente uma mudança. Mas essa mudança foi principalmente de mentalidades.

Os portugueses têm acreditado na democracia.

Em 19 de Julho, 13 anos depois da revolução de 25 de Abril, passaram não só a acreditar, mas também a querer, a estabilidade e a eficácia do regime democrático.

Numa democracia pluralista, como aquela em que vivemos, todos somos — senhores deputados — legítimos e directos representantes do Povo português, além de garantes do próprio regime.

A Assembleia da República é assim o coração e o cérebro da democracia, o local por excelência onde está depositada a legitimidade democrática em cada legislatura.

Aqui deve situar-se todo o confronto político das ideias.

Aqui deverá ser trazida, debatida e decantada toda a contribuição das forças políticas com assento parlamentar.

(Continua na página 2)

Intervenção de Miguel Cadilhe, Ministro das Finanças, no debate do Programa do XI Governo Constitucional

PÁGINA 3

Edição n.º 673 do "Povo Livre", de 9 de setembro de 1987. Manchete: "Correia Afonso no debate do Programa do Governo: Finalmente surgiu a oportunidade de cumprir as metas de desenvolvimento, progresso e justiça social há tantos anos prometidas". Cordeiro Pereira era o diretor interino do "Povo Livre".



A brincar com a Educação

Marco António Costa (*)

O hesitante “jovem”, como paternalmente o dirigente da Fenprof caracteriza e desculpa o atual ministro da Educação, tem brincado com a Educação. A sua ação introduziu instabilidade e imprevisibilidade, quebrou linhas de continuidade da política educativa, pôs em causa o princípio da confiança e criou um clima de confrontação social junto das escolas e das famílias. Sem uma ideia que não o de expressamente “arrasar” com as políticas de Nuno Crato, o ministro acumula trapalhadas, numa política sem rumo certo que poderá pôr em causa o muito que foi alcançado.

Com as políticas implementadas nos últimos cinco anos registámos a maior descida da taxa de abandono precoce alguma vez registada, de 28,3% em 2010 para 13,7% em 2015; a taxa de escolarização e a taxa de conclusão no ensino secundário aumentaram; valorizou-se e reforçou-se o ensino profissionalizante; foram colocados mais funcionários nas escolas, só em 2015 foram contratados quase mais 3000; foram vinculados aos quadros do ministério mais de 4200 professores; foi reforçada a rede de serviços de psicologia e contratados mais psicólogos; foram criadas mais unidades de apoio especializado e mais centros de recursos para a inclusão; foi determinado o reforço em mais 16 milhões de euros em financiamento para o ensino artístico, verbas a que este governo não adicionou um cêntimo no OE de 2016; foi estabelecida a universalidade do ensino pré-escolar para as crianças de 4 anos e prevista uma calendarização para a implementação da universalidade aos 3 anos; foi desenvolvido o sistema de modernização administrativa do ministério da Educação; deu-se continuidade, com muito maior contenção dos custos e diminuição das rendas pagas pelas escolas, ao programa de requalificação das escolas secundárias pela Parque Escolar; e poderia continuar... a tudo isto os partidos que atualmente suportam o governo designavam de destruição da escola pública.

O atual ministro poderia ter adotado políticas gradualistas e incrementalistas, à luz do que foram as práticas de Marçal Grilo, David Justino e Nuno Crato, não o fez. Errou!

Ao invés, o que realmente temos em seis meses de (des)governança na educação? Escolas e famílias foram confrontadas, num mesmo ano letivo, com três modelos de avaliação diferentes. Desaparecimento da possibilidade de certificação internacional na língua inglesa no 9.º ano. Desaparecimento da oferta do ensino vocacional no básico, que avaliações externas consideravam muito positiva e aconselhavam a sua continuidade. Sob o falso argumento da inclusão, aumento do número de alunos por turma nas turmas com alunos NEE.

E agora, ignorando o interesse das famílias e dos alunos, alheios aos impactos sociais nas comunidades locais, põe em causa o princípio da confiança e o bom nome do Estado nos seus compromissos plurianuais com o Ensino Particular e Cooperativo, que resultaram de um concurso transparente e público, ao contrário do que anteriormente acontecia, e após a introdução de significativas poupanças com este tipo de contratos.

O que tem tudo isto em comum? Imprevisibilidade, precipitação e insensibilidade social. E o reflexo é o potencial despedimento de milhares de professores e funcionários do ensino particular e cooperativo, um apelo implícito ao facilitismo, uma desvalorização do Português e da Matemática e ainda muitas incertezas e incógnitas.

A par de tudo isto temos um ministério com preferências sindicais e subjugado a uma agenda retrógrada ao serviço de uma confederação sindical contra o pluralismo sindical e em detrimento de um ensino verdadeiramente universal e acessível a todos.

Se isto não é brincar com a educação e com os portugueses...

(*) Vice-presidente do PSD



Reformistas há 42 anos

José Matos Rosa (*)

Este ano assinalamos um conjunto de datas marcantes da vida de Portugal. Há 40 anos era promulgada a Constituição da República Portuguesa. Há 40 anos, os portugueses votavam, pela primeira vez, numas eleições autárquicas livres. Há 30, acontecia a adesão oficial do país à comunidade europeia. Há duas décadas era criada a CPLP.

Hoje, o Partido Social Democrata celebra os seus 42 anos. Como secretário-geral do PSD, não posso deixar de constatar como a história do nosso partido se cruza, em todos os momentos, com a história de Portugal. E como todas aquelas efemérides tiveram a presença forte do PSD. Importa-nos recordá-las. Reviver estes marcos celebrando o seu sucesso é também a forma de comemorarmos o nosso 42º aniversário, em que daremos especial destaque à questão europeia. Intrinsecamente europeísta, o PSD tem no seu ADN a defesa de um modelo democrático de inspiração ocidental, assim como o aprofundamento da integração europeia.

Mas recordar estes acontecimentos não se esgota na mera evocação do passado. Não. No PSD recuperamos o passado para que possamos reacender na memória coletiva as lições que ele nos ensinou. São lições de enorme valor histórico e humano, de grande peso político e social. Lições que, como diz a sabedoria popular, nos impedem de repetir os mesmos erros.

Pois bem, numa altura em que falar do passado parece ser sinónimo de um saudosismo desaconselhado na atividade política, acredito ser preciso trazer para o presente algumas dessas lições valiosas. Da mesma forma, é sempre útil recordar os valores da Constituição de 1976, a conquista das autárquicas desse mesmo ano, os sonhos que levámos para a entrada na CEE e o espírito de cooperação que esteve na fundação da CPLP.

No plano económico, é sabido que repetir os modelos que se provaram errados não vai trazer outro resultado que não a estagnação da economia, níveis de crescimento débeis e vulnerabilidade perante a instabilidade externa. E, sendo europeus, o contexto em que nos inserimos nunca pode ser esquecido pelos decisores políticos. Quer isto dizer que nunca os nossos governantes podem deixar de parte os constrangimentos da conjuntura, com a incerteza que lhe conhecemos, fazendo promessas utópicas porque desligadas da nossa realidade global. Este é um erro grave que o passado já nos ensinou a não repetir.

No plano social, também o passado nos diz muito. Portugal fez o 25 de Abril na esperança de termos melhores condições de vida. O PSD fundou-se para que os ideais sociais-democratas pudessem contribuir para trazer mais prosperidade e desenvolvimento aos portugueses! Portugal não pode ficar aquém desta expectativa. E se há algo que o passado recente nos diz é que não podemos alimentar modelos que não absorvem o desemprego nem criam mais postos de trabalho. O emprego é condição sine qua non para o desenvolvimento social.

No plano político, o passado é profícuo em exemplos do que é uma forma de estar na política contrária ao serviço do interesse público. E aqui permitam-me a imodéstia de considerar que o PSD tem sido pioneiro no combate ao serviço dos cargos públicos em causa própria e no combate à sobreposição dos interesses de alguns em detrimento dos interesses de todos nós. Somos exemplo de como a política tem de ser levada a sério e os governantes têm de ser responsabilizados, para criarmos um Portugal mais forte para todos.

Infelizmente, nos planos económico, social e político temos hoje governantes e apoiantes que representam um regresso ao passado. Sejamos claros: não se pretende aqui evocar o passado em tom temerário, mas colocar em evidência o espírito retrógrado da maioria que domina o cenário político. Das reversões ao abandono de políticas de futuro, o presente de todos nós tem sido ameaçado por uma forma de fazer política que não é reformista, ainda que sejam os partidos que a desempenham hoje (os da esquerda e extrema-esquerda) aqueles que mais alto defendem os valores da democracia e do reformismo.

Ser reformista não é recuperar o passado, mas aprender com ele na medida certa. Ser reformista não é arriscar a repetição dos males que já tivemos de viver. Este reformismo propalado pelo governo e pela maioria parlamentar não é o reformismo do PSD. Não é reformismo algum!

O verdadeiro reformismo é a coragem que nós, sociais-democratas, representamos há 42 anos na forma como colocamos o país à frente das nossas ambições pessoais e partidárias.

O verdadeiro reformismo está na ousadia com que propomos soluções para os desafios do presente, respeitando e aprendendo com o passado, para libertar o futuro.

(*) Secretário-Geral do PSD

Órgãos Nacionais Eleitos no XXIV Congresso Nacional da JSD

Mesa do Congresso

Lista A

Presidente	140737	José Baptista
Vice-Presidente	192097	Sofia Matos
	195384	David Castro
Secretário	195429	Tiago Varum
	184881	Ricardo Rosa

Comissão Política Nacional

Lista A

Presidente	132526	Cristóvão Ribeiro
Secretário-Geral	166472	Ana Lopes
Vice-Presidente	169374	Nuno Neves
	184484	Tiago Carrão
	154954	Frederico Nunes
	141683	João Rodrigues
	168216	José Ferreira
Vogal	156882	Luis Rebelo
	155394	Tiago Laranjeiro
	168669	Ana Batista
	192920	Miguel Gonçalves
	166594	Carlos Seixas
	189904	Ana Patrício
	187066	João Santos
	172852	Carlos Alves
	196828	Andreia Bernardo
	175281	João Miranda

Conselho de Jurisdição Nacional

Lista A

1	170488	João Ascenso
2	173044	Helder Ferreira
3	207452	Rebeca Lopes
4	207189	Bruno Meneses
5	163689	Beatriz Ferreira
6	187079	Telmo Gaspar
7	205761	Luis Coelho
8	159319	Alexandre Oliveira

Conselho Nacional

Lista A

1	219229	Rui Silva
2	204527	André Morais
3	200141	Jorge Barbosa
4	165766	Carlos Martins
5	195409	Ruben Ferreira
6	190369	Luis Pereira
7	203892	Fábio Bernardino
8	223137	David Cristovão
9	188680	João Oliveira

10	176929	Fernando Melo
11	142347	Pedro Figueiredo
12	209068	João Silva
13	221757	Cláudio Campos
14	171939	Pedro Sousa
15	167450	Ricardo Gonçalves
16	183444	Rui Constantino
17	175028	Natalie Silva
18	174528	Henrique Alves
19	177303	Ruben Coelho
20	211465	Tiago Santos
21	212993	Vitor Dias
22	179112	Ricardo Marques
23	223959	Ricardo Pãozinho
24	204248	Marcelo Gil
25	190174	João Luís
26	179326	Pedro Fonseca
27	194377	Miguel Bugalho
28	164307	Helder Oliveira
29	221850	Pedro Santos
30	227249	Leandra Mendes
31	218346	Luís Matias
32	182073	Bruno Ferrão
33	186994	David Ferreira
34	217025	Bruno Rodrigues
35	189037	Afonso Leitão
36	168290	Filipa Mendes
37	209288	António Moreira
38	185088	Ricardo Silva
39	157980	Gustavo Coelho
40	217624	Jorge Teixeira
41	185237	Marco Saldanha
42	183529	Marco Barbosa
43	225805	Hugo Pereira
44	154418	Helder Gomes
45	231043	Beatriz Rosa
46	221408	Rita Neves
47	220484	Eunice Sousa
48	223431	Martim Syder
49	218892	Marco Dias
50	174498	Sónia Moreira
51	211148	Luis Santos
52	199766	Tiago Mateus
53	200669	Nuno Magalhães
54	152656	Fernando Monteiro
55	174133	André Queirós

Comissão Eleitoral Independente

Lista A

1	151537	José Oliveira
2	206966	José Simões
3	220413	Inês Silva
4	164945	Manuel Pedroso
5	196215	João Borges

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lagoa - Algarve, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, 3 -1º Esqº., com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção de Lagoa

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loulé, para reunir no próximo dia 27 de Maio de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00., na sede, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Outros assuntos

MAFAMUDE / VILAR DO PARAISO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Mafamude e Vilar do Paraíso, para reunir no próximo dia 18 de Junho, de 2016, (sábado) pelas 16h00, na Sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único - Eleição do Núcleo de Mafamude e Vilar do Paraíso.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A Sede está aberta para o efeito todos os dias úteis das 17h00 às 21h00 e no último dia das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas, entre as 16h00 e as 20h00.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE VOTAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 14 de Maio de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua António Canastrinha, Lote 12 - nº 1 - 1º B, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (dia 11)

- As urnas estão abertas das 14h00 às 21h00.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 23 de Maio de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00., na sede, sita na Av. dos Templários, 309 Dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

3 - Outros assuntos de interesse geral

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte da Barca, para reunir, no próximo dia 27 de Maio de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00., no salão da Junta de Freguesia de Nogueira, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Apreciação e votação do relatório de contas de 2015

3 - Roteiros temáticos: Emprego e Oportunidades em Ponte da Barca

4 - Análise da situação política

SANTARÉM / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir, no próximo dia 18 de Maio de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00., na Escola Secundária Dr. Artur Fernandes, sita na Av. General Humberto Delgado - Abrantes, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Apreciação e votação das contas distritais de 2015

2 - Análise da situação política actual

TABUAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tabuaço, para reunir no próximo dia 11 de Junho de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita no Largo do Cruzeiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção de Tabuaço

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 16h00

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir, no próximo dia 19 de Maio de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00., na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Leitura discussão e votação da acta da assembleia anterior

2 - Apresentação da nova Comissão Política/Linhas programáticas 2016/2018

3 - Análise da situação política nacional, regional e local

VALENÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valença, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30., na sede, da Junta de Freguesia de Ganfei, Lugar de Tardinha-de, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política local e nacional

2 - Outros assuntos

VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 25 de Maio de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00., na sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto,

sala 14, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Informações

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Foz Côa, para reunir no próximo dia 03 de Junho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00., na sede, sita ao Largo do Tablado, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política - Autárquicas 2017

3 - Outros assuntos



ERRATA

ALTERAÇÃO DE DATA DE CONVOCATÓRIA DO CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM (PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 4 DE MAIO DE 2016)

Ao abrigo dos Estatutos e demais regulamentos da JSD, o Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Lisboa, a requerimento da Comissão Política Distrital da JSD Lisboa, convoca o Conselho Distrital da JSD Lisboa para reunir no dia 16 de Maio (segunda-feira), pelas 21h, na sede do PSD Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco, n.º 3 B, 1350-295 Lisboa. Terá a seguinte ordem de trabalhos:

1) Análise da situação política;

2) Marcação do calendário eleitoral e Congresso Distrital.

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Porto para reunir no dia 16 de Maio, pelas 21h00, na sede do PSD Distrital do Porto, sita Rua Guerra Junqueiro, 64 - 4150-386 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Análise da situação política.

ALFÂNDEGA DA FÉ

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, artigo 93.º/5, e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia de Alfândega da Fé da JSD, distrital de Bragança, para o dia 11 de junho de 2016, pelas 14h, na Sede do PSD de Alfândega da Fé, sita na Rua Camilo de Mendonça, nº91, em Alfândega da Fé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia de Alfândega da Fé.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa do Congresso da JSD, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede nacional da JSD, sita na Rua de Buenos Aires, nº 28, 1º, 1200 em Lisboa, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 14h00m e as 16 horas.

ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 21 de maio de 2016, pelas 16h30, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Rua D. João I, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política local e nacional;

3 - Outros assuntos.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Braga, para reunir no dia 20 de Maio de 2016, pelas 21h30, na sede concelhia do PSD, sito no Largo da Senhora – a – Branca, 116 em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1: Informações;
- Ponto 2: Análise da situação Política Local;
- Ponto 3: Análise da situação Política Nacional.

COIMBRA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se os militantes da Concelhia de Coimbra, para Plenário Concelhio a realizar no próximo dia 22 de Maio de 2016 (Domingo), pelas 15h na Sede Distrital do PSD Coimbra, na Rua Lourenço Almeida Azevedo nº 16 – Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Balanço e planeamento do mandato da comissão política;
- 3 – Outros assuntos.

CONDEIXA – A – NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convocam-se os militantes da Assembleia de Secção de Condeixa para reunir no próximo dia 11 de junho de 2016, Sábado, pelas 16h00, na sede do PSD de Condeixa, sita na Urbanização Nova Conimbriga I, Lote B19, r/c 3150-230 Condeixa-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação.

As urnas estarão abertas das 16h00m às 18 horas.

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convocam-se os militantes da Concelhia da Moita, para reunir no próximo dia 11 de junho de 2016, Sábado, pelas 15h00, na seguinte morada, sita na Rua José Afonso, n.º 22, na Moita, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 2 – Outros Assuntos.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação.

As urnas estarão abertas das 15h00m às 19 horas.

**RECTIFICAÇÃO DE HORÁRIO
PÓVOA DE LANHOSO**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário a reunir no próximo dia 14 de Maio de 2016, das 18h30 às 20h30 (Sábado) na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1, 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da JSD Póvoa de Lanhoso

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues, na Sede concelhia, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VIMIOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, artigo 93.º/5, e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia de Vimioso da JSD, distrital de Bragança, para o dia 11 de junho de 2016, pelas 14h, no Agrupamento de Escolas de Vimioso sito no Bairro de S. Sebastião, 5230-304 em Vimioso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia de Vimioso.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa do Congresso da JSD, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede nacional da JSD, sita na Rua de Buenos Aires, nº 28, 1º, 1200 em Lisboa, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 14h00m e as 16 horas.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE
AO POVO LIVRE ANTERIOR
NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS
DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os estudantes da Universidade de Évora, militantes da JSD, para reunir no dia 9 de Junho de 2016 (quinta-feira), pelas 16h, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Évora (NESD/UE).

Notas:

As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede do PSD Distrital de Évora, que para o efeito se encontrará aberta, à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Évora ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao ato eleitoral.

Os interessados em participar no ato eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudante da Universidade de Évora, cumprindo para isso os requisitos a ser publicados nos locais próprios.

As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 18h00.